



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 12, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 12 - CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.12.15>

Recebido em: **04/09/2020**

Aprovado em: **04/09/2020**

GESTÃO NA EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS; MANAGEMENT IN EDUCATION AND ITS IMPLICATIONS FOR THE EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS; GESTIÓN EN EDUCACIÓN Y SUS IMPLICACIONES PARA LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS.

MARIA JEANE BOMFIM RAMOS

<https://orcid.org/0000-0003-2671-3124>

## **Resumo**

O presente artigo tem por finalidade discutir as implicações das ações da gestão da educação na Educação de Jovens e Adultos. O estudo faz parte de um recorte da investigação desenvolvida na pesquisa de mestrado, cuja análise permeou a gestão das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação-SEMED. Adotou-se na metodologia, a análise conteúdo baseada em Bardin; os dados analisados foram oriundos das entrevistas semiestruturadas com base nos posicionamentos dos sujeitos. O aporte teórico fundamentou-se em: Barroso (1998), Freire (1999); Vieira (2009); Paro (2003); (Libâneo 2004); Lira (2007); Verçosa (2006). Concluiu-se que a gestão da Educação de Jovens e Adultos ainda é tratada no campo da administração centralizadora sem participação coletiva, o que se reflete na efetivação da política educacional.

**Palavras-chave:** Gestão. EJA. Política educacional.

## **Abstract**

This article aims to discuss the implications of education management actions in Youth and Adult Education. The study is part of an excerpt from the research developed in the master's research, whose analysis permeated the management of public policies for Youth and Adult Education at the Municipal Education Secretariat-SEMED. Content analysis based on Bardin was adopted in the methodology; the data analyzed came from semi-structured interviews based on the subjects' positions. The theoretical contribution was based on: Barroso (1998), Freire (1999); Vieira (2009); Paro (2003); (Libâneo 2004); Lira (2007); Verçosa (2006). It was concluded that the management of Youth and Adult Education is still treated in the field of centralized administration without collective participation, which is reflected in the effectiveness of educational policy

**key words:** Management. EJA. Educational politics.

## **Currículum**

Este artículo tiene como objetivo discutir las implicaciones de las acciones de gestión educativa en la Educación de Jóvenes y Adultos. El estudio forma parte de una sección de la investigación desarrollada en la investigación de la maestría, cuyo análisis permeó la gestión de las políticas públicas para la Educación de Jóvenes y Adultos de la Secretaría Municipal de Educación-SEMED. En la metodología se adoptó el análisis de contenido basado en Bardin; los datos analizados provienen de entrevistas semiestruturadas basadas en las posiciones de los sujetos. El aporte teórico se basó en: Barroso (1998), Freire (1999); Vieira (2009); Paro (2003); (Libâneo 2004); Lira (2007); Verçosa (2006). Se concluyó que la gestión de la Educación de Jóvenes y Adultos aún se trata en el ámbito de la administración centralizada sin participación colectiva, lo que se refleja en la efectividad de la política educativa

**Palabras clave:** Gestión. EJA. Políticas educativas.

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente texto apresenta um recorte da pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado. O estudo teve como objetivo investigar a gestão e efetivação das políticas públicas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos-EJA da Secretaria Municipal de Educação de Maceió no período de 2005 a 2010, à luz dos princípios da gestão democrática.

A EJA, importante modalidade de ensino para sujeitos alunos trabalhadores precisa ser compreendida no patamar de sua relevância. A educação enquanto processo de formação humana não fazia parte deste contexto, contrariando o que Freire (1999, p. 38) defendia:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.

O estudo justifica-se pela necessidade de discutir a importância da EJA em um Estado que ainda lidera o ranque nacional de analfabetismo no país. Uma modalidade de ensino que luta permanentemente pela efetivação do direito à educação de uma parcela da população excluída das políticas sociais e que vive, em sua maioria, em condições adversas e situações de vulnerabilidade social.

A gestão das políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Maceió se apresenta incipiente diante da importância da modalidade de ensino.

A opção metodológica de análise dos dados fundamentou-se na análise de conteúdo. Bardin (2002) define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Para Moraes (1999), é uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos.

A pesquisa buscou suporte teórico em autores que discutissem elementos do tripé: gestão, políticas públicas e EJA. Barroso (1998), Vieira (2009); Paro (2003); (Libâneo 2004); Lira (2007); Verçosa (2006), Freire dentre outros. Um desafio, dialogar com os autores no sentido de elucidar os objetivos propostos pela investigação.

## **2. NAS ENTRELINHAS DE UMA GESTÃO MARCADA POR AVANÇOS E RETROCESSOS**

No campo educacional, as maiores mudanças que marcaram a gestão da educação foram evidenciadas a partir da década de 1990, período de formulações de novas políticas educacionais, principalmente com a promulgação da LDB 9.394/96. Iniciou-se nesse momento um debate maior sobre gestão e gestão democrática.

Dentre as políticas educacionais, a gestão democrática é considerada a mais importante ação para dirimir os graves problemas educacionais vividos por grande parte da população brasileira: evasão, repetência, vagas insuficientes diante da demanda, baixa qualidade do ensino, desvalorização do profissional da educação. Na busca de soluções para tais problemas, a esfera governamental, em nível nacional, instituiu políticas educacionais verticalizadas, baseadas nos resultados das pesquisas realizadas pelos órgãos do governo.

Barroso (1998) chama atenção para a crise de governabilidade, que impulsiona mudanças no papel

do Estado, geradas por interesses políticos e econômicos. São mudanças que alteram os processos de gestão escolar, transferindo responsabilidades. De acordo com o autor, transferem-se poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local visando reconhecer a escola como o lugar central. Mas, na prática a participação da comunidade escolar ainda não é forte o suficiente no sentido de opinar, sugerir, decidir, propor e fortalecer a gestão democrática da escola pública.

A suposta descentralização é uma tentativa de atribuir às redes estaduais e municipais de ensino e às escolas o dever pelo desenvolvimento de educação. Com base na CF/1988 e na LBD 9.394/96, os sistemas de ensino têm autonomia na organização de suas redes, desde que considerem os princípios norteadores; entre estes, destacam-se a gestão do sistema educacional e a gestão escolar.

A gestão democrática que permeia tanto os sistemas educacionais quanto a gestão escolar. Para Vieira (2009), a gestão educacional situa-se na esfera macro, ao passo que a gestão escolar localiza-se na esfera micro. Essas duas esferas estão intrínsecas no âmbito da gestão e têm seu processo definido pelos sistemas de ensino, os quais podem determinar a gestão democrática na escola pública.

Os sistemas de ensino têm certa autonomia no que se refere a elaborar ações cuja participação se faça com a mediação da escola, na elaboração do projeto pedagógico e da comunidade escolar, esta representada pelos conselhos escolares. Na prática os encaminhamentos se distanciam da gestão democrática, pois tanto as secretarias, quanto as escolas estão limitadas pelas decisões da política federal e precisa estar em alerta constante em busca de respostas às determinações governamentais. Nesse sentido, a gestão democrática no sistema e no espaço escolar está imersa em um ativismo permanente que não se desvincula das políticas de gestão que priorizam, na maioria das vezes, os programas induzidos pelo MEC.

Os sistemas educacionais brasileiros enfrentam momentos de avanços e descontinuidades. A legislação federal é clara quando especifica a responsabilidade de estados e municípios com a educação pública, atribuindo-lhes autonomia para normatizar a educação. Em certa medida, a autonomia é um avanço, mas na verdade trata-se de uma autonomia limitada, pois o governo federal controla as ações educacionais empreendidas pelas demais esferas. Os retrocessos se intensificam a partir do instante em que a instância federal planeja e elabora políticas, enquanto estados e municípios são encarregados da execução e ainda responsabilizados caso não atinjam o retorno pretendido pelo governo.

Segundo Barroso (1998), “esta crise enquadra-se naquilo que alguns autores designam de teoria do governo sobrecarregado”. A transferência de responsabilidades é denominada por Barroso de territorialização<sup>[1]</sup>. Se observado superficialmente, todo o processo poderia ser compreendido como um ponto positivo em que o governo central atribui competências aos que estão na ponta do processo, ou seja, a gestão das escolas e das secretarias municipais. Mas se avaliado criticamente, percebe-se a ação do Estado para solucionar uma crise, em que, na maioria das vezes, ele é o principal responsável, mas delega a outrem o enfrentamento dos graves problemas educacionais.

Na compreensão de Paro (2003, p. 100), “Na estrutura formal de nossa escola pública (...) prevalecem relações de mando e submissão”. No espaço escolar o cargo com maior autoridade é atribuído ao diretor, que por sua vez também exerce essas relações de poder com a escola. Dessa forma, a escola reproduz as relações de poder do Estado, que responsabiliza a escola e, em especial, o profissional docente pelo fracasso escolar.

Para amenizar a crise, a gestão da escola é convocada pela gestão do sistema a resolver situações que vão além de suas condições objetivas. Diante disso, a gestão da escola pública deveria estabelecer relações democráticas que se constroem, se firmam e se refazem diariamente. Os sujeitos que atuam nesse processo deveriam criar mecanismos de participação social nas mais diferentes esferas. Tanto o sistema educacional quanto a escola deveriam se constituir em espaços de relações democráticas, com o objetivo de efetivar a democracia de múltiplas formas nas questões sociais, contrariando a

posição dos que defendem a democracia dissociada do espaço escolar.

[...] muita gente acredita que democracia é apenas uma forma de governo federal e, por isso, não se aplica a escolas e instituições. Muitos acreditam que a democracia seja um direito dos adultos, não dos jovens. E alguns pensam que a democracia simplesmente não funciona em escolas. (APPLE, 1997 p. 17):

Apesar de a escola ser um espaço democrático, as escolas democráticas têm perdido força na mobilização da comunidade escolar em prol da luta por uma educação de boa qualidade. A escola não consegue mobilizar o espaço que deveria primar pela coletividade; e se há individualidade, inexistente uma ação participativa:

A educação escolar pode contribuir para a democracia não apenas pela formação do cidadão crítico participativo, mas também por ela própria ser um lugar onde se põe em prática a vivência do que se propõe nos objetivos: desenvolvimento da autonomia de pensamento, iniciativa, liderança, participação nas decisões. (LIBÂNEO, 2004).

Na EJA a participação dos alunos nas discussões dos problemas da escola, nas decisões coletivas sobre deliberações de ações, é fundamental para que estes exerçam seu papel social na comunidade escolar; para tanto, a politização desses sujeitos também é função da escola. Mas, os alunos sujeitos da EJA só são chamados à “participação” no momento das eleições diretas para gestores escolares. Passada essa fase de euforia, esses mesmos sujeitos caem no esquecimento e voltam a participar, apenas, no próximo pleito eleitoral. Segundo Paro (1988, p. 10) “É a transformação dessa escola que passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras”.

Para Bordignon (2009, p. 149), “A gestão do sistema municipal de ensino constitui-se, essencialmente, como um processo de articulação para o desenvolvimento da Proposta Político-Pedagógica de sua jurisdição”. Ainda segundo o autor, esse processo está imbricado no modelo de sociedade e concepção de educação defendida pelos gestores. Dessa forma, as políticas públicas elaboradas pelos sistemas educacionais irão efetivar-se na escola; mesmo que não estejam vinculadas à gestão democrática, devem se configurar em ações definidas coletivamente com todos os que compõem o sistema de ensino.

## **2.1 A gestão democrática na Secretaria Municipal de Educação de Maceió: realidade ou utopia?**

Nos últimos anos o sistema escolar brasileiro vem passando por reestruturações, sobretudo após a reforma educacional e a promulgação da LDB 9.394/96. Esse contexto favorece a gestão educacional que focaliza em seus princípios a democratização da escola com garantia da participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos e no desempenho da função social da escola.

A formação histórica é imposta por uma cultura determinada pelos senhores de engenho, ponto de origem das oligarquias, que continuam no comando do destino das políticas na gestão administrativa do Estado e da capital alagoana. Fatores como estes são condicionantes para a efetivação de uma educação de boa qualidade para jovens adultos e crianças. Lira (2007), em seu estudo sobre formação da riqueza e da pobreza de Alagoas, chama a atenção para a formação de um estado que vive sob o domínio da oligarquia política há séculos. O referido autor revela:

Essa oligarquia política que, há séculos, vem determinando os destinos de Alagoas, ainda hoje, possui um poder político muito forte, na verdade, esgotado nas suas possibilidades de propor soluções minimamente viáveis, aos novos paradigmas que norteiam a economia mundial e as sociedades modernas. (LIRA, 2007 p. 83).

Ainda de acordo com Lira (2007), o Estado de Alagoas firmou uma espécie de consenso com um pequeno segmento da população, que impede a modernização, e a eliminação dos “principais pontos

de estrangulamento, tais como: alta taxa de analfabetismo; baixa produtividade; falta de emprego; (...) falta de oportunidade de emprego para os jovens e para os trabalhadores em geral, miséria e pobreza”. Os pontos de estrangulamento citados pelo autor têm forte impacto no aumento dos bolsões de miséria que ainda se fazem presentes neste Estado.

Em 1992, após uma disputa eleitoral, vence as eleições o então prefeito Ronaldo Lessa, fruto da coligação Partido Socialista Brasileiro – PSB e Partido dos Trabalhadores – PT. O período marcou o panorama político maceioense e alagoano, que há muito tempo esteve sob o domínio do grupo de direita, com líderes políticos que se alternavam nos cargos com o objetivo de manter o poder na região. O descrédito da população foi o que definiu os resultados da eleição, dando a vitória ao candidato que durante a campanha esteve em terceiro lugar nas pesquisas de opinião. Esse fato denota uma reação da população maceioense que pode ser atribuída à politização de boa parte dos cidadãos ou ao cansaço com o mesmo modelo de gestão.

A capital alagoana toma o rumo dos partidos progressistas e isso se reflete na política educacional. Nesse processo, a Secretaria Municipal de Educação de Maceió passa a ser gerida pela professora Maria José Viana, fato inédito no contexto político educacional por se tratar de uma professora ligada ao Partido dos Trabalhadores, pois até então só haviam assumido esse cargo pessoas com outras formações acadêmicas e de partidos de direita.

Nesse novo contexto político o gestor municipal teve maior espaço de atuação, pois realizou coligação com um único partido, e de esquerda. Esse cenário, de suposta autonomia decisória, trouxe novos encaminhamentos às políticas públicas da educação que anunciavam mudanças para fortalecer a educação do município:

A mudança no perfil educacional no município de Maceió começa a partir do ano de 1993, com o início do mandato do prefeito Ronaldo Lessa. Um novo perfil político e, conseqüentemente, educacional, começa a se delinear. Fruto de uma coligação de partidos de esquerda (PSB-PT), a eleição de Ronaldo Lessa representou um avanço significativo na história política da capital e também do estado. (COSTA, 2000 p. 8)

Iniciam-se também nesse período as discussões a respeito da implantação da gestão democrática nas escolas municipais, ponto de partida para a eleição direta de dirigentes escolares, que continua até os dias atuais e acabou por se tornar o carro-chefe da gestão democrática.

O diretor escolar, importante condutor da gestão da escola, até então era compreendido como um administrador, administração sem a participação da comunidade escolar, principal interessada na busca de uma educação de boa qualidade para os seus filhos. A nova forma de gerir a escola fundamenta-se na gestão participativa, como determinam os artigos da LDB 9.394/96:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

De acordo com a lei, a gestão democrática deve abranger toda a educação básica, logo, deve envolver também a EJA, importante etapa do ensino.

A gestão da educação tanto nos sistemas quanto nos espaços escolares deve primar pelo ensino e aprendizagem de todos os estudantes matriculados, independentemente da etapa do ensino. O atendimento à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos está

incluído nas ações da gestão escolar e da gestão da Secretaria Municipal de Educação. A gestão democrática no ensino municipal é também garantida na Lei Orgânica do Município de Maceió:

Art. 142 - A lei garantirá a gestão democrática do ensino municipal, e que se concretizará:

I - através de criação do Conselho Escolar em cada unidade de ensino da rede municipal, ao qual compete o planejamento, a supervisão e a avaliação das atividades escolares;

II - mediante a realização de eleição de Diretores e Diretores Adjuntos das unidades escolares do Município, realizadas sob-regulamento instituído por comissão composta de forma partidária entre o Poder Executivo e as entidades representativas de alunos, pais e trabalhadores em educação.

§ 1º - Poderão concorrer às eleições de que trata este artigo os administradores e supervisores escolares, os orientadores educacionais e os professores, desde que se achem no efetivo exercício de suas funções, estejam lotados há mais de um ano na unidade de ensino e possuam habilitação segundo o maior grau de ensino praticado na unidade escolar e nunca inferior ao segundo grau.

§ 2º - O Conselho Escolar deverá avaliar junto à comunidade, o desempenho do Diretor da Unidade, podendo, no caso de resultado insatisfatório, propor sua substituição, convocando eleição para a escolha de seu sucessor.

A garantia legal reforça a necessidade da efetivação da gestão educacional na rede municipal de ensino, mas especifica que a gestão democrática também pode ser exercida nos espaços da gestão central.

Dourado (2007, p. 925) chama atenção para os processos de organização da gestão da educação básica, os quais são marcados pela falta de planejamento de longo prazo que evidenciem “políticas públicas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo”. Dessa forma, as políticas de Estado compreendem ações educacionais efetivas de longa duração, que garantam a oferta educacional com qualidade, valorizem os profissionais de educação e ainda disponham dos recursos financeiros necessários a viabilizar a execução de tais ações.

Tratar do atendimento da educação de adultos, consolidando a gestão democrática da Semed, requer um empenho no sentido de compreender as aproximações e os distanciamentos que ainda perpassam a gestão da educação no processo de fortalecimento da gestão democrática no sistema de ensino.

Em atendimento à legislação, a Secretaria de Educação de Maceió implantou a gestão democrática no ano de 1993, após um longo processo de discussão com a comunidade escolar. A EJA fez parte desse processo de implantação, pois já atravessava desafios no tocante à alfabetização:

Para reverter o quadro alarmante de analfabetismo e evasão escolar verificado até 1992 na rede municipal, a SEMED assume como compromisso democratizar o ensino e a gestão educacional, elencando dentre os inúmeros desafios “acabar com a ingerência partidária na administração da Secretaria [grifo meu]” (FRANÇA et al., 1995, p. 22).

Percebe-se que a gestão escolar dita democrática nas escolas municipais do município de Maceió se limita à eleição direta para gestores escolares como o mais importante momento de participação escolar. Mas, apesar desse processo eleitoral e democrático, alguns espaços escolares contam com o mesmo grupo gestor desde a implantação da gestão democrática na Semed, o que é evidenciado na fala de um dos entrevistados:

[...] infelizmente, a gente sabe que houve uma distorção muito grande do início da implantação da gestão democrática até os dias de hoje. Eu não sei nem se a gente pode chamar o que está

acontecendo hoje de gestão democrática. Os diretores se mantêm a vida inteira na gestão da mesma escola desde 1993. (Secretário de Educação A).

O maior princípio da democracia é a participação popular, mas esta tem se distanciado da prática das escolas e da Semed. A gestão tem o discurso de democrática, mas há uma notória contradição na fala do entrevistado. O demasiado tempo de atuação deste no cargo de dirigente escolar e o distanciamento entre a gestão na esfera macro<sup>[2]</sup> com a gestão na esfera micro têm refletido negativamente no cotidiano escolar. O poder quase ilimitado dos diretores escolares e o distanciamento do sistema de educação têm se configurado como uma ação antidemocrática, numa gestão que se diz democrática.

De acordo com os dados coletados, o discurso da gestão democrática está presente nas diferentes esferas educacionais. Os gestores dos sistemas de ensino se apropriam desse discurso para justificar suas ações, mas na prática as decisões são tomadas sem a participação dos envolvidos nesse processo, a equipe gestora da Semed e a equipe gestora da escola, conforme observado na fala da técnica pedagógica B:

Não! Eu não acredito que havia gestão democrática na SEMED. Eu acho que a Secretaria Municipal ela lançava mão de algumas estratégias da gestão democrática como as reuniões ampliadas, as, as assembleias, mas na verdade era pra informar, não era pra discutir, pra pensar, pra repensar, pra planejar junto. Eram reuniões de informar, de uma, e, e eles faziam isso de uma maneira assim, sutil, carinhosa, que se tornava velada. Uma gestão antidemocrática, nem todas as pessoas que faziam parte desse momento conseguiam compreender o que tava por trás, o processo de manipulação que tava por trás daquilo tudo. (Técnico pedagógico B). (grifo nosso).

A fala revela uma forma de “mascarar” a gestão democrática com ações que supostamente efetivam a gestão democrática no espaço da instituição Semed. O formato de participação passou a ter momentos coletivos de informações a partir de decisões já consolidadas com grupos menores de poder decisório.

Tornou-se lugar-comum a gestão escolar como o único espaço para o exercício da gestão democrática. Mesmo assim, a eleição para gestores escolares ocupa o centro das discussões, mas a gestão democrática na escola pública precisa fazer parte tanto dos sistemas educacionais quanto da escola; ambos devem constituir o processo democrático envolvendo a gestão participativa, a escola, a comunidade, os conselhos escolares.

Nesse sentido, a participação na gestão da escola não se limita a reuniões com o objetivo de tão somente comunicar decisões definidas anteriormente; essa ação é tratada em alguns espaços escolares como gestão participativa, participação sem discussão, sugestão, proposição. Inclusive os sujeitos alunos da EJA, que deveriam ser parte integrante da escola, são chamados a participar nas eleições e, passado esse período, caem no esquecimento.

No âmbito da Semed/Maceió, o discurso de gestão democrática foi e continua a ser gestão que ocorre, apenas, no interior da escola, com ápice na eleição para dirigentes escolares. Em se tratando da gestão democrática no espaço interno da Semed, as ações permanecem no campo do discurso. A compreensão de que o sistema educacional deveria ser também um espaço para o exercício do processo de gestão participativa, com discussões e decisões coletivas, deveria permear todos os setores da Secretaria. A concretude de tais ações viabilizaria as políticas públicas educacionais, favorecendo a efetivação da gestão com vistas à melhoria da qualidade da educação municipal. Mas nem os gestores da Semed acreditam no êxito da gestão, como afirma um dos entrevistados acerca da gestão nos espaços da Secretaria e da escola:

Precisa ser revitalizada a passos largos. Houve um processo de implantação da gestão democrática, o

que alcança a minha visão, eu tou aqui apenas há um ano e meio. Foi muito debatido, muito discutido em meio até o processo de democratização da sociedade brasileira, mas eu digo que houve um refluxo da gestão democrática. A gente tá procurando revitalizar, nós vamos ingressar no processo de eleição, dos diretores, mas a eleição em si também não se basta; é preciso que a gente leve à prática cotidiana a gestão democrática. (Secretário municipal de educação A) (grifo nosso).

Ainda sobre a existência de gestão democrática na Semed, o sujeito entrevistado continua:

Houve um refluxo no sentido de que você não zelou é pela necessidade de você ouvir a comunidade e juntamente com ela e incorporá-la na, na gestão da instituição, debater, conversar, ser permeável a, às sugestões, incorporar as reclamações, é os anseios existentes nas escolas. Então isso ainda carece de ser consolidado, por mais que se faça a gente tem que é sempre tá perseguindo; é como o horizonte, quanto mais você se aproxima, mais ele se distancia; quanto mais você faz, mais se distancia. Então eu acho que o essencial hoje é a gente revitalizar a gestão democrática. Eu tava conversando recentemente com os diretores, eles preocupados com a duração do mandato de diretor, que eles pretendem que seja de 4 mais 4, têm opiniões conflitantes, tem o Conselho que acha que deve ser 2 e mais 2, tem é, setores da comunidade educacional que acha que deve ser 4 sem reeleição. Então a gente tem que se inserir nesse processo pra que todos se sintam copartícipes da construção de uma nova Semed. (Secretário municipal de educação A).

Atribuir à escola a responsabilidade precípua pela gestão democrática é eximir-se do compartilhamento pela boa qualidade do ensino, atribuindo-lhe a tarefa de ser democrática. O discurso, dito democrático, está presente nas diferentes instâncias educacionais, mas é cobrada da escola a responsabilidade por sua efetivação. Cobrança arditosamente orquestrada pelo próprio Estado, que de acordo com Paro (2003, p. 11):

(...) confere um caráter autoritário ao diretor, na medida em estabelece uma hierarquia na qual ele deve ser o chefe, de quem emanam todas as ordens na instituição escolar (...) faz com que o diretor tendencialmente busque os interesses dos dominantes em oposição aos interesses dos dominados; e confere uma aparência ao diretor que em nada corresponde à realidade concreta.

Há uma discussão geral sobre a importância da participação caracterizada como uma forma consciente de organização e atuação de um grupo social ante a superação de atitudes de acomodação e alienação. Compreendida como um processo dinâmico, a participação se dá a partir de análise, revisão, sugestões ou crítica dos problemas educacionais.

A gestão democrática não se coaduna com ações que centralizam e verticalizam as decisões que deveriam ser tomadas coletivamente. Se assim for implantada, deixa de ser democrática e dá lugar a uma gestão autoritária, com o poder concentrado nas mãos de alguns e a tomada de decisão limitada à concepção de homem e de sociedade dos que estão no poder. Dessa forma, a educação deixa de ter caráter humanizador, libertador, transformador e passa a ser pensada por meio uma concepção autoritária.

Mudam-se os gestores, mas o discurso de verticalização continua. Percebe-se que a rede municipal de ensino incorporou o discurso do governo federal de qualidade de ensino retratada nos resultados, sem, contudo, considerar a problemática crise socioeconômica de parte da população alagoana, que atinge também a educação. Para Lira (2007, p.83):

Esse poder político, que privilegia uns poucos e marginaliza mais da metade do grosso da população, no que diz respeito aos resultados da riqueza gerada no Estado, é essencialmente um poder arbitrário, porque gera todo tipo de violência e de discriminação no seio da sociedade. Desse modo, a estrutura social marcha historicamente pela elevada concentração de riqueza e poder, quase não tem se alterado, garantindo predominância de suas elites de tal modo que todos os poderes constituídos estão subordinados aos antigos interesses, não cumprindo a função social que lhes cabe, diferentemente do que ocorre em outros Estados do País.

Como resultado da concentração da riqueza do Estado, a educação enfrenta problemas estruturantes que se agravam e comprometem a efetivação de uma educação de boa qualidade para atender à demanda de parte da população que depende do ensino público.

A interferência político-partidária na gestão das políticas públicas educacionais é um dos fatores que contribuem para enfraquecer as ações dos gestores. Para alguns desses gestores, tal interferência é retratada como o maior entrave nas ações voltadas para a educação municipal, conforme aponta a fala de um dos secretários:

[...] o maior entrave que a gente encontrava lá dentro era a questão mesmo política, não era nem lá dentro da Semed. [...] Interferência política, quando eu digo interferência política é interferência dos políticos, de vereadores, interferência, da gestão geral da prefeitura, do prefeito no caso, enfim... [...] O maior entrave foi o não entendimento da educação, a não prioridade das pessoas que estavam à frente da prefeitura na época. (Secretário de educação A). (grifo nosso)

A gestão que inicialmente se mostrou democrática sofreu rupturas a partir da interferência político-partidária no processo de gestão da educação. Assim, as políticas públicas que deveriam servir à população sofrem fragmentações que interferem na qualidade do ensino. Mas, para compreender o poder no qual essas políticas estão atreladas, é necessário situar parte do contexto sócio-histórico da política alagoana, onde se situa também a política educacional. Assim tal poder faz parte da tradição oligárquica, que ainda continua presente na política local, como aponta Verçosa (2006, p. 22):

[...] poder que perpassam e continuam ainda hoje a perpassar, simultaneamente, as relações sociais mais amplas na vida alagoana e aquelas que se estabelecem no interior de cada uma de suas instituições em particular. [...] esta História nos revela o predomínio e a permanência das elites oligárquicas alagoanas, [...] parece nos mostrar que, pelo menos em Alagoas, ele se constituiu sempre como modelo a ser admirado por todas as demais camadas e, em alguma medida, seguido em todas as instâncias da vida social.

Dessa forma, os caminhos trilhados pela educação sofrem influências que remontam ao poder das velhas oligarquias. Seus resquícios são preservados na atualidade e se mantém como herança cultural negativa; mesmo assim são seguidos pela atual política partidária alagoana. Em certa medida, as políticas voltadas para a educação seguem essa dinâmica de manutenção e alternância de poder.

De acordo com Lira (2007, p. 52): “Um Estado e sua identidade são construídos através da imposição da classe dominante, objetivando expandir sua própria base material, bem como o uso do controle da administração local para alcançar seus efeitos”. Ainda segundo o autor, as elites dominantes detêm o controle político com o objetivo de atender a seus interesses. Dessa forma, o Estado de Alagoas se diferencia dos demais estados da nação, inclusive se mantém no ranque nacional de analfabetismo como aponta os dados do IBGE divulgados pelo censo de 2010.

### **3. CONCLUSÃO**

A gestão ainda é tratada no campo da administração centralizadora sem participação coletiva, e a centralização do poder permanece inabalável. A EJA não é compreendida no patamar de importância de uma educação necessária para sujeitos alunos trabalhadores que têm uma oferta educacional via programas federais. Trata-se da federalização da educação; apesar da descentralização propagada, a Semed não propõe políticas públicas de Estado para a EJA, mas procura manter a política do governo federal. Mesmo em se tratando dessa política, os resultados de sua aplicação ainda se apresentam incipientes diante da crescente demanda.

A ausência de uma gestão democrática no sistema educacional reflete-se consubstancialmente no processo de escolarização dos sujeitos alunos, trazendo prejuízos à continuidade de seus estudos. Portanto, o fortalecimento da EJA pressupõe o investimento nas políticas públicas para garantir o acesso e a permanência com sucesso dos sujeitos alunos dessa modalidade.

---

[1] “A territorialização em fenômeno essencialmente político implica um conjunto de ações que têm por pano de fundo um conflito de legitimidade entre Estado e sociedade, entre o público e o privado, entre o interesse comum e os interesses individuais, entre o central e o local.” (BARROSO, 1988).

[2] A esfera macro situa-se no âmbito da Secretaria, da gestão central. A esfera micro, no âmbito da escola, da gestão escolar.

## REFERÊNCIAS

- APPLE, Michel e BEANCE James (Orgs). **Escolas Democráticas**: São Paulo: Cortez, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002
- BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA,
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº. 9394/96**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996. Lei nº 11.494/2007
- BORDIGNON, Genuino. **Gestão da Educação: O município e a escola**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. AGUIAR, Márcia Ângela da S. (orgs). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2009.
- COSTA, Maria Silvia. **Repensando o processo de formação continuada dos professores da educação de jovens e adultos no município de Maceió**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LIMA, Vera L.F. de. **Pelos caminhos da democratização: possibilidades e implicações na Educação Municipal de Maceió 1993/1996**. Maceió, 2003. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas.
- LIRA, Fernando José de Lira. **A formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.
- PARO, Vitor Henrique **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.
- VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação em Alagoas: História, histórias**; 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: Política e gestão da escola**: Brasília: Liber Livro, 2009.

[1] “A territorialização em fenômeno essencialmente político implica um conjunto de ações que têm por pano de fundo um conflito de legitimidade entre Estado e sociedade, entre o público e o privado, entre o interesse comum e os interesses individuais, entre o central e o local.” (BARROSO, 1988).

[1] A esfera macro situa-se no âmbito da Secretaria, da gestão central. A esfera micro, no âmbito da escola, da gestão escolar.

\*Maria Jeane Bomfim Ramos. E-mail: [jeanebsilva2014@gmail.com](mailto:jeanebsilva2014@gmail.com).

Professora da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas e da Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED. Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8119008875795017>.

<https://orcid.org/0000-0003-2671-3124>